



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0002788-84.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Requerente: **Elomir Antonio Perussi de Jesus**
 Requerido: **Wms Supermercados do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o exequente almeja ao cumprimento de r. sentença proferida nos autos do processo nº 1096/2010, por intermédio da qual a executada foi condenada a obrigação de não fazer consistente em não enviar mensagens eletrônicas ao exequente sob pena do pagamento de multa então fixada (fls. 13/15).

Os argumentos deduzidos pela executada a fls. 122/127 não haveriam de prosperar.

Com efeito, como já foi proferida sentença no processo nº 5245/2012 não mais se cogita da conexão entre ele e o presente feito.

Renovo, porém, os fundamentos do aludido decisório, porquanto a matéria aqui versada igualmente o foi naquele feito.

Nesse sentido, saliento que as mensagens trazidas à colação pelo exequente instruíram a inicial e a executada não as impugnou de forma específica, como seria de rigor.

Por outro lado, a executada não amealhou um único indício de que o exequente se tivesse cadastrado em base de dados de algum parceiro seu e que por consequência disso o e-mail dele lhe tivesse retornado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos revela que não foi apresentado dado concreto que permitisse eximir a executada pelos fatos noticiados ou estabelecer a ideia de que o exequente de algum modo tivesse concorrido para a eclosão dos mesmos.

Todavia, existe aspecto que favorece a executada.

Como restou definido no processo nº 5245/2012, o valor da multa a que ela foi condenada deveria ter como limite o patamar lá objeto da cobrança, pois se afigura suficiente para a finalidade à qual se destina (cf. fl. 184, antepenúltimo parágrafo).

O art. 461, § 6º, do Código de Processo Civil serve de fundamento a essa limitação, inclusive como forma de evitar a eternização do litígio.

O pedido do exequente não vinga, portanto.

Isto posto, **REJEITO** a irresignação de fls. 122/127, mas pelos fundamentos expendidos na fundamentação da presente **JULGO EXTINTO O PROCESSO**.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, destruam-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA